

L.290

TEXTO 1

Não falamos de todas as correntes do pensamento atual.

Ao falarmos das escolas, procuramos ressaltar aquilo que cada uma delas tem de mais significativo. Por exemplo, a escola clássica preocupa-se basicamente com o problema do crescimento econômico e com o papel das classes sociais nesse processo, apoiando-se nas forças do livre jogo do mercado. A escola neoclássica deixa de lado o problema das classes, aceita a sociedade como capitalista; isto é um dado para ela. Dentro desse contexto, procura estudar a alocação ótima de recursos tirando partido das leis do mercado livre. As deficiências verificadas em alguns sistemas econômicos, por exemplo, o subdesenvolvimento, são diagnosticadas como carência de "capitalismo", e assim por diante, como o leitor irá verificar.

No final de cada unidade existe uma série de perguntas sobre o texto. O aluno que não conseguir responder a todas as perguntas deve voltar ao texto principal, porque aí estão os elementos capazes de habilitá-lo a respondê-las. Em seguida há sugestões para leituras posteriores, com ênfase no estudo da obra dos grandes mestres.

O livro não tem pretensões de trazer nada de novo. Sua única preocupação é com a clareza e com a didática.

Abordamos alguns pontos controversos, sem a pretensão dogmática de impor qualquer visão. No entanto, é evidente que a perspectiva do autor preside a escolha dos temas e está implícita na importância atribuída a cada assunto.

Qualquer crítica será bem-vinda, porque não há possibilidade nenhuma de avanço científico sem o debate de idéias.

CARLOS ROBERTO V. ARAUJO

ECONOMIA POLÍTICA

ARAÚJO, C.R.V. História do Pensamento Econômico. São Paulo: DTLCS, 1986.

1

# Ciência e Ideologia

*Poucas pessoas se dão ao trabalho de estudar a origem de suas próprias convicções. Gostamos de continuar a crer no que nos acostumamos a aceitar como verdade. Por isso, a maior parte de nosso raciocínio consiste em descobrir argumentos, para continuarmos a crer no que cremos.*

J. H. ROBINSON

Vamos iniciar este capítulo com uma indagação pouco comum: o que é ideologia? A razão desta pergunta, bem como a relação existente entre ideologia e o assunto deste livro, deve ficar clara no final do capítulo. Adiantamos, apenas, que a abordagem de qualquer assunto científico, principalmente no campo das ciências sociais, deve levar em conta o conceito de ideologia. Vejamos o que queremos dizer com isto.

Ao procurar conhecer o mundo que o cerca, o homem lançou mão de muitos métodos mais ou menos eficientes: o mito, a magia, a tradição, a filosofia e a ciência moderna são alguns destes métodos.

Pelo mito e pela magia, o homem procurou explicar e dominar as forças cósmicas que escapavam à sua inteligência, como o raio, o trovão e o fogo. Estes fenômenos apareciam ao homem primitivo como deuses ou manifestações da divindade. Só muito mais tarde foram explicados pela ciência. E, então, ficamos sabendo que o raio era uma simples troca de eletricidade, o trovão era um fenômeno explicável pelas leis da acústica e o fogo era um processo de oxidação que obedecia a determinadas características.

No campo dos conhecimentos práticos, a tradição teve enorme importância. Décadas após décadas, os conhecimentos iam acumulando-se e eram cuidadosamente passados de geração para geração. Com os gregos,

a humanidade deu um passo à frente e descobriu a razão e a racionalidade das coisas. Percebeu que o mundo tinha certa ordem. Aliás, a palavra grega *cosmos* significa ordem, harmonia. Foi a primeira tentativa de uma explicação racional do universo e surgiu, assim, a filosofia. Avanço gigantesco, mas não era ainda a ciência moderna. Esta surge com Galileu. Este sábio, dotado de grande genialidade, interessava-se pelos fenômenos mais comuns, mas via neles o que nenhuma pessoa normal conseguia ver. Uma das características do gênio é ver nos fenômenos corriqueiros relações que o comum dos mortais não percebe.

Ao procurar explicar alguns fenômenos que lhe chamavam a atenção, Galileu adotou um método simples, mas extremamente eficiente:

1. observava atentamente os fenômenos. Quando possível procurava repeti-los, em condições especiais (experimentação);
2. procurava expressar esses fenômenos em números. Media e quantificava;
3. ao repetir o experimento, nas mesmas condições, verificava se os resultados eram os mesmos.

Com isto, ele procurava descobrir "leis" na natureza. Se, de fato, existem leis na natureza, pensava Galileu, esta deve comportar-se com certa regularidade. Não é o caos. Podemos prever certos fenômenos e não apenas descrevê-los e, prevenindo-os, podemos dominar a natureza e fazê-la trabalhar para nós. A linha de raciocínio de Galileu mostrou-se fecunda e seu sucesso foi espantoso. Nascia o método científico. É evidente que estamos referindo-nos, aqui, ao nascimento da ciência experimental moderna que se restringia ao campo das ciências naturais. Galileu não foi o único. Teve precursores, mas é a figura mais representativa desta corrente de pensamento. O estudo científico da sociedade virá muito mais tarde e há diferenças importantes que não cabe analisar aqui. O importante a assinalar é que o homem procurou o conhecimento por diversos métodos. Podemos representá-los como se fossem conjuntos, assim:



Acontece que o homem é um ser social. Ele só pode sobreviver em grupos. Graças aos grupos, ele pode dividir as tarefas, especializar-se em determinado setor e, com isto, conseguir uma produtividade maior. Trata-se de uma divisão funcional das tarefas, num esforço por maior eficiência. Com este expediente ele vai vencendo a luta pela sobrevivência.

O resultado da divisão do trabalho, com o passar do tempo, é o aumento da produtividade individual. O homem passa a produzir mais do que o estritamente necessário para sobreviver. Por exemplo, ao plantar trigo, ele colhe certa quantidade para o consumo, reserva outra porção para o plantio do ano seguinte e ainda sobra alguma coisa ou muita coisa, dependendo das estações. Chamaremos esta sobra de *excedente econômico*. O excedente é a quantidade de bens que ultrapassa a quantidade necessária para a sobrevivência dos trabalhadores que os produziram. Com o surgimento do excedente, uma parcela da população pode deixar de trabalhar diretamente na produção e dedicar-se a outras coisas: administração, ritos, estudo etc. Observe: para que uma parte da população possa afastar-se da produção direta dos meios de subsistência, é necessário que aquela porção da população que se dedica a esta produção produza para si e para a outra. Os produtores diretos (chamemos assim aquelas pessoas ocupadas diretamente em produzir os meios de subsistência) terão de gerar um *excedente econômico*. Não poderia haver dedicação exclusiva à música, à pintura ou à administração, sem excedente econômico.

Mas aqui surge um problema. Como justificar esta situação? Como definir quem vai dedicar-se à administração, aos ritos e à música e quem vai dedicar-se ao trabalho de produzir os meios de subsistência? Como justificar esta divisão, que não é mais apenas uma divisão funcional, mas uma divisão apoiada em privilégios? Algumas pessoas trabalham mais duramente do que outras e não usufruem totalmente dos frutos de seu trabalho. Parte desses frutos é transferida para outros grupos. Estamos diante de um problema fundamental: quem cria o excedente econômico? Quem se apropria do excedente econômico e com que direito?

É evidente que uma sociedade com tais características não poderá sobreviver se não conseguir justificar-se diante de seus membros. Não é à toa que toda organização social precisa legitimar-se. É a partir daqui que surge o conceito de *ideologia*. A ideologia não é outra coisa senão o conjunto de normas, valores, símbolos, idéias e práticas sociais que procuram justificar as relações econômicas e sociais existentes no interior da sociedade. É a visão que a sociedade tem de si mesma. Esta visão está vazada em termos racionais, mas não se limita a isto. Uma parte importante da ideologia é constituída de práticas sociais que, por assim dizer, pene-

traram no sangue da sociedade e se tornaram co-extensivas a ela. É importante perceber que a ideologia é uma *estrutura de pensamento* ligada a um grupo, geralmente ao grupo dominante. O grupo dominante tem muitos mecanismos de preservação de seus interesses, que vão desde o domínio do Estado até a posse de instrumentos menores, mas extremamente eficazes, como rádio, televisão, jornal (imprensa) e outros. Não estamos afirmando que a ideologia é algo elaborado formalmente pelo grupo dominante como se este estivesse tramando um sistema para subjugar a sociedade. Não se trata disso. A ideologia é um fenômeno social espontâneo, e não algo produzido por uma visão conspiratória do processo histórico. Mas a ideologia desempenha funções importantes na sociedade, das quais mencionaremos duas:

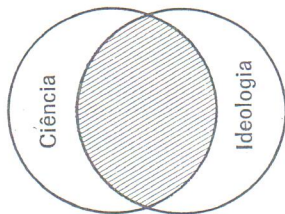
- a ideologia mantém a coesão social;
- a ideologia funciona como uma espécie de sistema de dominação.

Antes de analisarmos estes dois papéis da ideologia, vamos compará-la, agora, com a ciência. É preciso dizer que ambas (ideologia e ciência) se apresentam a nós sob a forma racional, isto é, apoiadas em argumentação lógica. Mas a ciência encaminha-se para a busca da verdade. Seu universo é o universo das "leis" objetivamente estabelecidas. A ideologia move-se no universo dos "valores". Ora, os valores, tais como se apresentam nas diversas sociedades, estão ligados a grupos de interesses. Os valores não são neutros. Cada sociedade tem um quadro de valores dominantes. O perigo da ideologia é que esta se apresenta com a roupagem de ciência, mas defende determinados interesses e não a "verdade". Ao lado dos conjuntos antes apresentados, podemos acrescentar, agora, o conjunto ideologia. Mas atenção! Este conjunto é de natureza diversa. Você já sabe que ele procura explicar o mundo e a sociedade, mas está ligado a valores. É um sistema de idéias que tende a transformar-se num sistema de crenças, segundo a feliz expressão de Jacques Ellul.



Na prática a coisa complica-se, porque os conjuntos se sobrepõem. Em muitos casos é praticamente impossível separar ciência de ideologia.

Observe o diagrama abaixo:



Os limites entre ciência e ideologia (bem como entre ciência e tradição) não são claros. Como distinguir entre estes dois campos? Tarefa difícil, senão impossível, porque não existe um lugar "não ideológico" a partir do qual se pode falar cientificamente sobre ideologia. Todo discurso ou qualquer elaboração mais ou menos sistemática pode estar contaminada pela ideologia, mas apresenta-se a nós com foros de ciência.

Vamos resumir o que dissemos até agora. A ideologia, para se expressar com eficácia, tende a aglutinar-se num conjunto de idéias. Estas idéias filtram-se até as últimas camadas da pirâmide social e, sorrateiramente, passam a governar o comportamento dos grupos que compõem a sociedade. Embora a ideologia esteja vinculada ao grupo dominante, ela é internalizada pela maioria dos membros da sociedade (pertencem ou não ao grupo dominante). A partir daí, os membros desta sociedade passam a acreditar na retidão das instituições. Apoiado neste sistema de idéias que, agora, se transformou num sistema de crenças, a aceitação da organização social existente torna-se espontânea. Justifica-se o *status quo*.

Por isso mencionamos que uma das funções da ideologia é a coesão social. O que significa isto? Significa que a ideologia, ao tornar mais ou menos uniforme a visão dos diversos grupos que compõem a sociedade, mantém-na unida. Com isto diminui a probabilidade de choques entre grupos que ocupam posições extremamente díspares e evita-se a ruptura do tecido social. A ideologia é uma espécie de projeto da sociedade. Paul Ricoeur dizia que a ideologia desempenha para a sociedade o mesmo papel que a motivação desempenha para a pessoa individual. A pessoa age quando se vê motivada. A sociedade age quando tem um projeto existencial cujas linhas essenciais são perceptíveis na ideologia.

A segunda função que atribuímos à ideologia é a função de dominação. Esta função decorre da primeira, porque manter coesa uma sociedade hierarquicamente organizada é possibilitar a dominação de determinados grupos sobre outros. É evidente que não estamos falando aqui de hierarquia funcional. Se a organização hierárquica da sociedade fosse apenas funcional, isto é, se fosse baseada em necessidades objetivas de orga-

nização do trabalho, não seria preciso o recurso à ideologia. A justificativa de tal sistema seria científica. Mas não é isso o que ocorre. A organização hierárquica das sociedades conhecidas, em grande parte, baseia-se em privilégios. Alguns grupos se beneficiam com ela, outros não. E tal situação deve aparecer aos olhos de todos (inclusive dos beneficiados) como normal. O sistema ideológico procura conseguir isto. E, nesta tarefa, ele substitui, com vantagens, o uso da força e da violência. Procura dominar pela persuasão. Tenta falar à razão, embora fale muito mais à emoção do que à razão. É por isso que toda ideologia tende a transformar-se em *slogans*, símbolos, afirmações simplistas. O simplismo permite que ela alcance as massas e as pessoas pouco afeitas à análise crítica da realidade. Com isto ela perde em rigor científico, mas ganha em eficácia. A verdade deforma-se, mas este é o preço que se paga pela eficácia do sistema ideológico.

A ideologia opõe-se à ciência. Em certo sentido ela é a anti-ciência. Mas a própria ciência pode ter função ideológica. Isto ocorre quando ela se torna instrumento de dominação nas mãos de determinados grupos. Não é raro que um grupo, para se legitimar no poder, apele para a ciência. Os *tecnocratas*<sup>1</sup> são um exemplo claro do que estamos afirmando.

É evidente que a economia não fica imune à ideologia. A própria existência de escolas econômicas atesta isto. Até que ponto a economia permanece ciência? Até que ponto ela está contaminada pelo vírus da ideologia? Até que ponto ela é um simples instrumento de defesa de grupos privilegiados? Este livro levanta estes problemas sem ter a pretensão de resolvê-los todos.

Até agora falamos em abstrato. Na vida diária, como se manifesta a ideologia? Você deve ter percebido que ela desempenha papel importante na sociedade. Portanto, ela é funcional para o sistema que defende. Todas as vezes que sistemas de idéias (ou práticas e símbolos sociais) são instrumentalizados para defender interesses parciais dentro da sociedade, eles podem ser chamados legitimamente de sistemas ideológicos. É sua função dentro da sociedade que caracteriza um sistema de idéias ou um conjunto de práticas sociais como sendo ou não ideológico. Neste sentido:

- o sistema jurídico pode ser ideológico e freqüentemente o é;
- a religião pode ser ideológica e freqüentemente o é;
- a escola pode ser ideológica e freqüentemente o é;
- os símbolos pátrios (bandeiras, fardas, etc.) podem ser ideológicos e freqüentemente os são.

Evitamos a afirmação dogmática de que tais sistemas são ideologias. Esta interpretação afasta-se da interpretação ortodoxa, mas tem uma razão

1. Atenção! Não confunda tecnocrata com técnico. O técnico é aquele que aplica os conhecimentos científicos a determinado campo de trabalho. O tecnocrata é aquele que quer legitimar-se no poder apelando para a ciência ou para o conhecimento técnico.

de ser. A afirmação categórica de que os sistemas antes mencionados são ideologia parece-me um equívoco, porque confunde os níveis epistemológicos. Uma coisa é o estatuto teórico dos sistemas antes mencionados, outra coisa é o papel que cada um deles desempenha no interior da sociedade. Se eles não estiverem a serviço de uma classe ou de um grupo específico, não podem ser classificados como ideologia, pelo menos no sentido em que a definimos neste livro.

Vamos esclarecer mais um problema. Segundo nossa definição, ideologia é qualquer estrutura de pensamento ligada ao grupo dominante. Contudo, há sistemas de idéias com as mesmas características da ideologia, mas não ligados ao grupo dominante. A esses sistemas ligados aos grupos que contestam a validade das instituições e as relações sociais e econômicas existentes na sociedade chamaremos *utopias*, usando a mesma terminologia de Karl Mannheim. Ideologia e utopia têm o mesmo estatuto teórico. Só que a ideologia está com o grupo dominante e pretende preservar a sociedade, as utopias estão com os contestadores e pretendem transformá-la.

Resumindo: se você leu com atenção este capítulo, deve ter uma noção mais clara do que é ideologia, utopia, ciência e do estatuto teórico destes conceitos, bem como da função que cada um deles exerce na sociedade. Deve ter percebido que não tem sentido a pergunta, "qual a ideologia de seu partido?", "qual a ideologia do PMDB?". Um partido político deve ter (nem sempre o tem) um ideário, um programa. Não pode ter ideologia. Usar o termo *ideologia* para designar o programa de um partido é desconhecer a ideologia e qual sua função na sociedade. É usar o termo de maneira incorreta.

Para terminar, vai aqui uma citação de Joan Robinson:

"A economia política sempre foi, em parte, veículo da ideologia dominante em cada período, em parte, método de investigação científica. Cabe ao economista distinguir o que é ideologia do que é ciência."<sup>2</sup>

## QUESTÕES PARA REVISÃO

A leitura atenta do texto dá condições para que se responda às questões seguintes:

1. Por que é muito importante levar em conta a ideologia no estudo das ciências humanas?
2. Em que sentido a ideologia se opõe à ciência?

2. ROBINSON, Joan. *Filosofia econômica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. p. 1. R. Y. Joan Robinson foi uma grande economista inglesa, com grande lucidez para certos pontos relativos a escolas econômicas e para o problema da ideologia.

3. Ao longo da história da humanidade o homem procurou várias vias de acesso à "verdade". Cite algumas dessas vias. Você acha que a ciência é a única via de acesso ao conhecimento?
4. Quais as duas funções da ideologia?
5. O que é ideologia? O que é utopia?

#### SUGESTÕES DE LEITURA

MEEK, Ronald L. *Economia e ideologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

Livro muito interessante sobre o desenvolvimento do pensamento econômico. A última parte trata especificamente do tema deste capítulo, levando em conta a visão de Karl Marx, Joseph Schumpeter e Joan Robinson.

HUNT & SHERMAN. *História do pensamento econômico*. Petrópolis, Vozes, 1985.

Ver principalmente o capítulo 1.

RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.

Para o leitor mais inclinado a problemas filosóficos, é um ótimo livro.

MANHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

Trata-se de um clássico sobre o assunto, embora seja de leitura maçante.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo, Brasiliense, 1980.

Livro interessante. Merece ser lido mais de uma vez.

# 2

## A Escola Clássica

A escola clássica, cujos principais representantes são Adam Smith, Ricardo, Malthus e John Stuart Mill, só pode ser compreendida se levarmos em conta as condições institucionais e históricas em que nasceu. Os clássicos sucedem aos mercantilistas e fisiocratas, representantes de duas correntes anteriores que, por não apresentarem um corpo doutrinário completo e coerente, não constituíram escolas. Esta divisão é arbitrária. Sob outros critérios, os fisiocratas, pelo menos, poderiam ser considerados como a primeira escola de economia.<sup>1</sup>

Na época dos clássicos, a importância crescente da indústria colocava fora de moda a visão naturalista (*isis* = natureza) dos fisiocratas. E a necessidade de maior liberdade comercial, bem como de uma força de trabalho dotada de maior mobilidade, mostravam que o excesso de regulamentação e intervenção governamental, preconizado pelos mercantilistas, já não se ajustava às necessidades da expansão econômica. Estas duas correntes estavam sendo ultrapassadas pelos fatos. Para os fisiocratas, a verdadeira riqueza das nações estava na agricultura. Num mundo essencialmente agrícola e constantemente ameaçado pela falta de alimentos, isto não nos deve causar admiração. Só a terra tinha a capacidade de multiplicar a riqueza. Um grão de milho germina, cresce e produz espigas com centenas de grãos. Só a natureza (*isis* em grego significa natureza e *crátein* significa dominar) é capaz do milagre da criação. A indústria, raciocinavam os fisiocratas, não cria. Apenas transforma insumos em produtos. Os fisiocratas não levaram a sério o fato de a produtividade não ser apenas consequência da natureza. O arado, o trator, os fertilizantes e a genética (produtos da indústria) podem quadruplicar uma colheita. Isto está claro para nós, hoje, mas não foi objeto de um estudo atento por parte dos fisiocratas.

1. Ver a esse respeito a História do pensamento econômico de Jacob Oser e William C. Blanchfield. São Paulo, Atlas, 1983.

## CAPÍTULO I

# A Ideologia da Europa pré-capitalista

Os seres humanos, para sobreviver, precisam organizar-se em sociedade. Ao contrário de algumas espécies animais que, em isolamento relativo, são capazes de viver de maneira razoavelmente adequada, os seres humanos não foram dotados pela natureza com a aptidão física necessária para obter, por si mesmos, as condições materiais de vida. Os seres humanos sobrevivem e progredem porque, vivendo sempre em grupos, aprenderam a subdividir tarefas e a utilizar instrumentos de trabalho. A divisão de trabalho, e a acumulação de instrumentos de trabalho (ou capital), em quantidade cada vez maior e de qualidade cada vez melhor, possibilitaram ao homem ampliar extraordinariamente seu poder sobre a natureza, bem como desenvolver seu potencial para produzir e satisfazer as necessidades materiais de vida.

A distribuição do trabalho, motivada pela necessidade, resultou também numa diferenciação dos papéis desempenhados pelos membros de uma sociedade. Nos primeiros tempos, provavelmente, essa diferenciação tinha um caráter exclusivamente funcional: quando a produtividade ainda era baixa, todos os membros da sociedade viviam próximos ao nível de subsistência, inexistindo classes sociais ou diferenças hierárquicas. Contudo, a distribuição sempre mais aperfeiçoada das tarefas, combinadas com instrumentos de trabalho mais sofisticados, propiciaram maior produtividade que possibilitou, ao menos para uma pequena parte da sociedade, livrar-se do fardo do trabalho cotidiano.

Assim, graças ao crescimento da produtividade *per capita*, uma classe ociosa, numericamente reduzida, passou a viver à custa do

trabalho dos demais membros da sociedade. Agora, o trabalho de um número mais restrito de pessoas rendia o suficiente para sustentar a sociedade em seu conjunto, mantendo o nível habitual de vida da coletividade ou até mesmo níveis mais elevados. Desse momento em diante, as sociedades começaram a sofrer um processo de diferenciação interna que deu origem às classes sociais. A diferenciação hierárquica de seus membros em classes obedecia a razões econômicas: os que trabalhavam pertenciam geralmente às classes mais baixas; os que se livravam do fardo do trabalho comum pertenciam à classe mais alta. Embora estivessem desligados do processo de produção, os membros da classe mais alta organizavam os ritos, regiam os cultos ou executavam funções congêneres, algumas das quais trazendo, sem dúvida, benefícios para a sociedade.

Um sistema com essas características não poderia sobreviver durante muito tempo se a maioria de seus membros não compartilhasse as mesmas opiniões sobre a maneira apropriada de conduzir as questões econômicas e sociais. Tais concepções e valores comuns que, em geral, provinham de uma mesma visão do mundo ou de sistema metafísico, a um só tempo legitimavam a divisão das tarefas produtivas e a diferenciação de classes no interior da sociedade.

Empregamos o termo *ideologia* neste livro com referência às idéias e crenças que tendem a justificar moralmente as relações sociais e econômicas que caracterizam determinada sociedade. A maioria dos membros de uma sociedade internaliza a ideologia e passa, dessa forma, a acreditar na validade moral da distribuição de papéis funcionais e na justiça do modo pelo qual a sociedade reparte seu produto. Essa crença comum assegura a coesão e a viabilidade da sociedade. Quando ela se desfaz, surgem as agitações e os conflitos, culminando em revoluções se as divergências forem suficientemente profundas.

Este livro preocupa-se sobretudo em analisar nosso sistema econômico atual, o capitalismo. Traçamos, em linhas gerais, a sua evolução. Focalizamos os seus conflitos e antagonismos sociais, bem como as ideologias com que o sistema capitalista tentou aplacar as suas convulsões intestinais e assegurar a coesão social. Como pano de fundo, começaremos analisando os sistemas econômicos e as ideologias da Europa pré-capitalista.

<b>23. Pensamento econômico brasileiro: Escola Neoliberal.</b> .....	<b>363</b>
23.1 As idéias precursoras de Eugênio Gudín (1886-1986) .....	363
23.2 O primeiro embate teórico: Roberto Simonsen e Eugênio Gudín ..	369
23.3 A ortodoxia de Octávio Gouvêa de Bulhões .....	372
<b>23. Brasil: Escola Neoliberal.</b> .....	<b>377</b>
<b>24. Pensamento econômico brasileiro: Escola Marxista</b> .....	<b>383</b>
24.1 O sentido da colonização e a história econômica radical de Caio Prado Júnior (1907-1990) .....	383
24.2 A teoria da dependência de Fernando Henrique Cardoso (1931) e Enzo Faletto (1935-2003) .....	389
24.3 Os ciclos econômicos e as cooperativas solidárias de Paul Singer .....	392
24.4 O antivital e o ornitorrinco de Francisco de Oliveira .....	394
<b>25. Pensamento econômico brasileiro: Escola Heterodoxa</b> .....	<b>403</b>
25.1 A teoria da inflação de Ignácio Rangel: entre Marx e Keynes .....	403
25.2 Luís Carlos Bresser-Pereira: a tecnoburocracia e a nova estratégia de desenvolvimento .....	405
25.3 A teoria da inflação inercial de Mário Henrique Simonsen .....	409
25.4 A inércia inflacionária e a reforma monetária de Pérsio Arida e Lara Resende .....	411

OLIVEIRA, R.; GENDRI, D.M. História  
do Pensamento Econômico  
São Paulo: Saraiva. 2009.

## Introdução

Os fenômenos da economia influenciam de forma decisiva a vida de todos os cidadãos. Política monetária, variações cambiais, nos índices da inflação e nos índices da Bolsa de Valores são temas cotidianos em todo tipo de mídia. Para que possamos nos orientar com segurança nesse universo de informação e nos debates travados em torno de tais assuntos, há a necessidade de nos familiarizar com as teorias econômicas que informam essas discussões. Conhecendo as teorias que orientam a ação dos agentes econômicos, tanto os privados quanto os públicos, é possível traçar ações econômicas e fazer escolhas (inclusive políticas) com mais segurança e, no limite, se antecipar aos movimentos dos agentes econômicos mais influentes, obtendo benefícios ou evitando perdas.

Se desejamos, porém, uma compreensão, ao mesmo tempo, mais profunda e abrangente, é necessário que situemos as teorias econômicas concorrentes (opositoras) num contexto mais amplo, que contemple suas transformações ao longo do tempo, isto é, a sua história. Só pela contextualização das teorias na história do pensamento econômico é que podemos avaliar com propriedade as questões de fundo que estão envolvidas no debate econômico.

Como poderemos observar, as primeiras narrativas e abordagens sobre os componentes do que denominamos hoje de vida econômica foram elaboradas no Ocidente pelos gregos. Entretanto, essa tradição nunca concebeu os aspectos da produção, das trocas, da distribuição, do consumo e da gestão da escassez como um tema relevante em si mesmo. Esses componentes eram significativos como temas de narrativas ou da reflexão filosófica na medida em que eram considerados ramos da ética, da moral ou da política. Essa tradição lançou raízes profundas na cultura do Ocidente e estendeu sua influência pelo menos até meados do século XVIII. Ela pode ser notada, por exemplo, na obra *Breve introdução à filosofia moral*, de 1742, escrita por Francis Hutcheson. No Livro II, *Elementos da lei da natureza*, o autor trata da propriedade, da sucessão, dos contratos, dos valores das mercadorias, da moeda e das leis da guerra. No Livro III, *Os princípios de economia política*, trata da política, aborda o casamento, o divórcio, os deveres dos pais, dos filhos, de



como proceder em relação aos escravos, temas que hoje seriam considerados bizarros num livro de economia. Hutcheson foi professor de Adam Smith, e, apesar de nem sempre isso ser destacado pelos liberais mais ardentes, a maior obra desse dileto aluno, *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*, reitera essa tradição, na medida em que a defesa da eficiência do sistema econômico não é considerada uma meta em si mesma, mas um meio, uma condição necessária para a promoção do bem-estar da comunidade e da humanidade em geral.<sup>1</sup> Nesse sentido, Smith pode ser considerado herdeiro de uma longa tradição que remonta a Xenofonte, passa por Platão e encontrou em Aristóteles o formulador mais acabado. Ela continua depois no Ocidente Medieval com os teólogos da Igreja, em especial com a Escolástica e com Santo Tomás de Aquino, que procuraram, a um só tempo, adequar a teologia cristã às transformações econômicas na Baixa Idade Média e subsumir as práticas econômicas à teologia e à moral cristã.

Com a formação dos Estados nacionais, é sob o ponto de vista das necessidades dessas novas modalidades de associação humana e de organização do poder que os processos da produção, das trocas, da distribuição e do consumo serão considerados na análise e nas práticas mercantilistas. O Estado passou então, progressivamente, a ocupar o papel de defensor dos princípios, de regulador (ocupando a função até então desempenhada pela teologia cristã) e, acima de tudo, de principal beneficiário das atividades econômicas com vistas a fortalecer a autoridade das nascentes monarquias absolutistas.

O desenvolvimento ulterior das atividades mercantis e da produção, no decorrer dos séculos XVI, XVII e XVIII, desencadeou inúmeras transformações, entre as quais se destaca a estruturação de uma classe burguesa. Frações desse novo agente social tenderam a se associar à ordem social do Antigo Regime<sup>2</sup>, mas outras passaram a assumir uma postura de oposição às práticas mercantilistas, que subordinavam a acumulação privada às necessidades do fortalecimento do poder do Estado e à manutenção da ordem estamental. Iniciava-se aí uma sutil alteração de registro na história do pensamento econômico, uma vez que a acumulação de riquezas deixava de ser encarada como um meio (no caso em questão, da promoção do poder do Estado) para se tornar um fim. Smith, sensível a esse deslocamento que se operava na análise econômica, enfatizou na sua obra que a acumulação privada era convergente à promoção do bem-estar da comunidade nacional e humana,

1 SEN, Amanya Kumar. *Sobre ética e economia*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

2 DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

contribuindo, assim, para conferir legitimidade social ao valor supremo da classe emergente de empreendedores, isto é, a busca do lucro.

Além dessas transformações, a afirmação da ciência econômica, tal como a conhecemos hoje, e do seu objeto de estudo sofreu forte influência do modelo estabelecido por Newton no seu monumental *Princípios matemáticos da filosofia natural*, publicado em 1687. Nessa obra, Newton conseguiu equacionar e identificar as leis naturais que regiam complexos fenômenos da natureza, relacionados aos movimentos dos objetos e dos corpos celestes, ao basear-se numa delimitação precisa de conceitos, definições, princípios e um poderoso instrumental de cálculo matemático. A capacidade explicativa do novo método da ciência natural seduziu inúmeros pensadores e passou a exercer influência crescente nos demais ramos do conhecimento. Os resultados dessa influência podem ser notados no pensamento filosófico do Iluminismo e entre aqueles que estudavam os problemas relativos à produção e circulação dos bens econômicos.

Para esses pensadores, o novo e poderoso instrumental teórico era muito oportuno em virtude do conjunto de transformações que vinham ocorrendo na Europa e que colocavam problemas cada vez mais complexos de quantificação, de administração de recursos e de busca de eficiência.

Amparados numa nova metodologia e desafiados por uma série de novos engendrados pelas transformações da produção e das trocas, esses pensadores deram o primeiro passo no sentido de estruturar o pensamento econômico moderno pela definição de um novo objeto de estudo: a economia política. Segundo algumas evidências, o termo *l'économie politique* foi utilizado pela primeira vez pelos franceses, no início do século XVII, mas com uma ênfase, sobretudo, nos aspectos políticos.<sup>3</sup> No final desse mesmo século, já era entendido como o conjunto das atividades relacionadas à produção, circulação, distribuição e consumo dos bens econômicos, isto é, dos bens que são úteis aos homens. Após a publicação de *A riqueza das nações*, o termo adquiriu o sentido de ciência, cujo objetivo era compreender as "leis naturais" da vida econômica e promover a riqueza das nações. O termo continuou sendo usado nesses dois sentidos até meados do século XIX. Nas décadas seguintes, por razões que serão apresentadas mais adiante, ele foi abandonado e substituído pela palavra "economia". A partir de então, ela passou a ser utilizada no sentido de vida econômica (*economy*, na língua inglesa) e também como sinônimo de uma

3 MONTCHRÉTIEN, Antoine de. *Traité de l'économie politique*, 1615.

teoria que estuda a vida econômica segundo os critérios de cientificidade, isto é, passou a ser utilizada no sentido de ciência (*economics*, na língua inglesa). Esses são os dois sentidos que ela encerra atualmente na língua portuguesa.

Nos anos que se seguiram à Revolução Industrial, tomou-se cada vez mais evidente que a multiplicação da capacidade de produção de riqueza proporcionada pela indústria impulsionava a acumulação privada, mas não resultava em incremento do bem-estar social das classes não-proprietárias. Essa constatação marcou profundamente a evolução do pensamento econômico nas décadas seguintes e influenciou a definição de duas grandes tendências. A primeira, em continuidade com uma tradição mais remota, resgatou a ênfase num tipo de análise em que a organização e a dinâmica da vida econômica deveriam se subordinar a objetivos éticos, morais e políticos, o que implicava algum tipo de intervenção do poder político no processo de produção e distribuição das riquezas. Em outras palavras, enfatizou que as esferas da produção, da comercialização, da distribuição e do consumo deveriam ser subordinadas a valores que lhes eram externos, relacionados basicamente a uma melhor distribuição do bem-estar (utilitarismo, "socialistas" ricardianos, socialistas utópicos, pensamento marxista) e/ou ao esforço industrializante das comunidades nacionais (nacionalismo). No que se refere ao problema do bem-estar social, as propostas oscilaram entre as sugestões de reformas distributivas e as de erradicação do capitalismo por meio da revolução. Já em relação ao esforço industrializante, as propostas passaram a orbitar em torno de variadas formas e graus de intervencionismo estatal na economia, em defesa da indústria nativa.

A segunda tendência, que agrupa os marginalistas, neoclássicos, tendeu a acentuar a convicção de que um conhecimento objetivo, científico, da vida econômica dependia da eliminação dos elos que a análise econômica mantinha com as esferas da moral, da ética, da justiça social e da política, e da formalização dos procedimentos de interpretação através de um instrumental matemático cada vez mais sofisticado. Foi esse movimento o responsável pelo progressivo abandono do termo "economia política" e pelo uso cada vez mais freqüente da palavra "economia" (*economics*), para identificar a disciplina voltada para a compreensão dos fenômenos da vida econômica segundo os critérios de cientificidade reconhecidos pelo *establishment* acadêmico.

O pensamento econômico, a partir daí, vem se alinhando entre esses dois grandes campos: um que enfatiza a necessidade de a análise e as propostas econômicas

estarem subordinadas a valores "extra-econômicos", como redução da desigualdade, por exemplo, e outro que, em nome da convergência entre eficiência do sistema e promoção do bem-estar, eleva a livre atuação das forças do mercado e a acumulação privada à condição de finalidades supremas da vida econômica.

É importante destacar que as análises e as escolas de pensamento econômico que serão abordadas só podem ser compreendidas adequadamente, primeiro, a partir dos princípios e valores dominantes em seu tempo e no interior do universo cultural do qual fazem parte. Segundo, em função dos problemas colocados no momento histórico em que foram formuladas. Assim, desse ponto de vista, não há sentido em tachar uma análise econômica formulada na Grécia Arcaica de "atrasada" ou "incompleta", ou atribuir aos mercantilistas uma definição "errada" de riqueza.

Isso não significa que, baseados em critérios precisos, considerando um *momento histórico dado*, um *elenco determinado de problemas* e um *universo cultural comum*, não se torne perfeitamente possível estabelecer uma hierarquia entre as análises e as escolas de pensamento, no que se refere à sua capacidade explicativa de fenômenos da vida econômica. Além disso, não é possível ignorar que os *aspectos ideológicos* exercem influência relevante tanto na formulação das análises econômicas quanto na avaliação que se faz delas. Por *ideologia*, entendemos uma visão de mundo relacionada à "posição" ocupada pelo sujeito na ordem econômica, na hierarquia social e nas instâncias de poder, que estrutura e condiciona, em graus variados, a representação da realidade, os *valores*, as *concepções*, os *interesses*, as *opiniões* que o sujeito emite e defende e as *intervenções* que realiza no mundo ao seu redor. A posição ideológica sempre exercerá papel relevante no julgamento da eficácia ou na definição da hierarquia das abordagens ou teorias econômicas, pois as teorias e as orientações econômicas que lhes correspondem nunca são neutras, isto é, distribuem de forma desigual os benefícios e os sacrifícios entre os grupos sociais. Não é surpreendente, portanto, os agentes econômicos (e os que se encontram no seu raio de influência) julgarem e avaliarem as teorias, inclusive do ponto de vista formal e metodológico, influenciados pelos efeitos que elas provocam nos seus interesses econômicos imediatos e de longo prazo. "Se os teoremas de geometria contrariassem os interesses dos homens, surgiriam multidões de matemáticos para refutá-los."<sup>4</sup>

<sup>4</sup> Apud SERRA, José. "A reconstrução da renda: justificações, explicações, dúvidas". In: TOLIPAN, Ricardo; TINELLI, A. Carlos. *A contravenção sobre a distribuição de renda e desenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

Já a sucessão das escolas de pensamento econômico, no decorrer da história, guarda íntima relação com as transformações nas formas de existência e representação das sociedades humanas. Tais transformações, normalmente caracterizadas por novos sistemas de convivência, novas relações de poder, novas necessidades e problemas (em geral mais complexos), que por motivos óbvios não são contemplados pelas análises e teorias existentes, criam um campo propício para contribuições ou, no limite, para a negação das idéias até então consagradas e a afirmação de novas perspectivas ou abordagens. Vários fatores podem interferir no destino das teorias e práticas econômicas dominantes, isto é, se elas serão alvo de contribuições ou superadas. Entre eles, podemos identificar a flexibilidade da teoria, traduzida na capacidade de equacionar os novos problemas preservando sua coerência formal. Outro fator que interfere na “longevidade” de uma teoria econômica, e das práticas que lhe são correspondentes, é o grau de identificação que ela desperta nos grupos que exercem o poder no interior da comunidade.

Na primeira parte, faremos um pequeno retrospecto das abordagens que antecederam a formulação do pensamento econômico clássico, visando demonstrar o caráter histórico das análises e situar as origens de alguns conceitos-chave, bem como as transformações pelas quais passaram. Na segunda parte, trataremos das principais escolas do pensamento econômico no período compreendido entre os séculos XVIII e XX. Já a terceira focalizará o pensamento econômico brasileiro no século XX.

A fertilidade do pensamento econômico brasileiro no século XX perpassou as principais escolas, desde a Marxista, com destaque para Caio Prado Jr., até a Neoliberal, em que se ressalta o pensamento de Eugênio Gudin. Com as idéias elaboradas sob a égide da Cepal, o pensamento econômico foi brindado com uma de suas mais brilhantes e inovadoras contribuições, principalmente nas penas do argentino Raul Prebisch e do brasileiro Celso Furtado. Pela dimensão e profundidade, o pensamento de Furtado foi considerado o “demiurgo do Brasil”. Também ganhou relevância o pensamento desenvolvimentista cosmopolita de Roberto Campos, inspirador da economia que emergiu no pós 1964. Recentemente, após longa e criativa trajetória, o pensamento econômico brasileiro foi brindado com as esclarecedoras idéias sobre o processo inflacionário, com destaque para as teorias neo-estruturalistas ou inercialistas de Pérsio Arida e André Lara Resende.

## As análises econômicas na Antiguidade

### 1.1 Xenofonte e *Ho oikonomikos*

A palavra “economia” vem do grego *oikonomikos*. O termo resulta da composição da palavra *oikos* (que significa casa ou unidade doméstica) com o radical semântico *nomos* (que significa regulamentar, administrar, organizar). O sentido que essa palavra teve até meados do século XVIII foi estabelecido pela obra de Xenofonte<sup>1</sup> *Ho oikonomikos*, escrita na primeira metade do século IV a.C.

A obra é basicamente um tratado de ética. É um guia que define para o proprietário rural o que seria uma vida boa, a maneira correta de se utilizar a riqueza, identifica as virtudes e qualidades necessárias ao “senhor” para dirigir bem a sua casa e fornece orientações rudimentares de agronomia. Trata também da educação e das virtudes das mulheres e de como os escravos devem ser dominados e educados. Os três pilares que sustentam o conceito (a gestão dos bens, o domínio sobre o núcleo familiar e os escravos) são expressões objetivas de como se estruturava uma “unidade familiar” entre os gregos antigos. As considerações do autor não constituem uma análise econômica propriamente dita, pois não há, por exemplo, preocupação com os problemas da eficiência da produção ou da comercialização.

Entre os romanos, a palavra correspondente a *oikonomikos* era “família”, e, tal como a “unidade familiar” grega, ela articulava três esferas de significado: o *dominium* (poder sobre os bens), o *manus* (poder sobre as mulheres e as mulheres dos filhos) e o *potestas* (poder sobre os filhos, netos e escravos). No mais, os escritos romanos sobre os setores da economia são compostos de manuais agrícolas e orientações baseadas no senso comum que tratam de cuidados com o solo e conselhos sobre comercialização.

### 1.2 Platão e as considerações sobre a vida econômica

Platão (428-27 a.C.-348-47 a.C.), contemporâneo de Xenofonte, também abordou a vida econômica de uma perspectiva ética, mas seu foco não era a “unidade familiar”, e sim a pólis. Tanto Platão quanto Aristóteles orientaram

<sup>1</sup> Pensador grego que viveu entre 431 a.C.-355 a.C.